

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

7/7

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento**Notas explicativas 2.2 (c) e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.****Principal assunto de auditoria**

As propriedades para investimento da Companhia estão relacionadas a empreendimentos em operação, empreendimentos em estágio de construção e terrenos, e são mensuradas ao valor justo utilizando-se da metodologia de fluxo de caixa descontado, para os empreendimentos em operação ou em estágio de construção, e pelo método comparativo direto de dados de mercado, para os terrenos. A determinação do valor justo utiliza premissas, tais como projeção de receitas futuras de aluguel, projeção de despesas, taxas de desconto e desinvestimento e fatores de comparabilidade de mercado, que estão sujeitos a um alto grau de julgamento da Companhia e dos avaliadores externos contratados por ela. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo das propriedades para investimentos e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo das propriedades para investimento. Obtivemos os laudos de determinação do valor justo das propriedades para investimento preparados por avaliadores externos contratados pela Companhia e, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas usadas na determinação do fluxo de caixa descontado e na avaliação do método comparativo direto de dados de mercado e comparamos com expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Como forma de avaliarmos a razoabilidade das projeções financeiras da Companhia utilizadas no cálculo do fluxo de caixa descontado, avaliamos o que havia sido projetado no exercício fiscal anterior e comparamos a projeção com os montantes efetivamente realizados para o exercício fiscal corrente. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos uma análise de sensibilidade nas principais premissas utilizadas pela Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na mensuração do valor justo das propriedades para investimentos. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do valor justo das propriedades para investimento, os quais não foram registrados e divulgados pela administração por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor das propriedades para investimento no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**Notas explicativas 2.2(h) e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.****Principal assunto de auditoria**

O registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo deve ser efetuado na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais tais ativos possam ser utilizados. A Companhia possui saldos relevantes de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo. Devido à incerteza inerente ao negócio que impacta as projeções de lucros tributáveis futuros e as premissas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos diferidos ativos e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam causar no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia. Obtivemos as projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia e, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos e finanças corporativas, avaliamos as bases de cálculo desses impostos diferidos ativos e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos planos de negócio, orçamentos ou contratos de construção já firmados e outras informações de mercado, como inflação de custos e taxas de desconto. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente quanto à expectativa de realização do ativo fiscal diferido. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2019.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

824 cm -21 1196969 - 1

COMPANHIA IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA BELO HORIZONTE - C I C O B E CNPJ 17.276.825/0001-36 Rua Goitacazes, 52 - 1º andar Belo Horizonte - CEP 30.190-050		RELATÓRIO DA DIRETORIA	
SENHORES ACIONISTAS , submetemos à apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Permanecemos à disposição dos Srs. para quaisquer esclarecimentos. Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2019. A DIRETORIA.			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em Reais - R\$)			
	2018	2017	
ATIVO	5.982.548,72	6.011.464,07	
CIRCULANTE	4.990.527,29	5.019.271,08	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.990.527,29	5.019.271,08	
Caixa e Bancos	1.789.582,25	1.649.195,92	
Aplicação	-	129.451,49	
Prestamistas	3.054.929,44	3.097.433,44	
Aluguéis a Receber	51.493,33	51.023,88	
Devedores Diversos	91.484,60	82.800,00	
Impostos a Compensar	-	6.328,68	
Despesas do Exercício Seguinte	3.037,67	3.037,67	
Adiantamento de Dividendos	-	-	
 NÃO CIRCULANTE	992.021,43	992.192,99	
 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	552.430,00	552.430,00	
Prestamistas	548.367,98	548.367,98	
Estoque de Imóveis a Comercializar	4.062,02	4.062,02	
Empréstimos Compulsórios	291.805,12	291.805,12	
 INVESTIMENTOS	291.805,12	291.805,12	
Participações	291.805,12	291.805,12	
 IMOBILIZADO	147.786,31	147.957,87	
Móveis e Utensílios	63.915,39	62.630,99	
Máquinas e Equipamentos	12.736,66	12.736,66	
Veículos	77.000,88	77.000,88	
Imóveis Utilizados	307.427,54	307.427,54	
Outras Imobilizações	195.457,74	185.357,74	
(-) Depreciação	(508.751,90)	(497.195,94)	
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2018	2017	
Receita de Venda de Imóveis	66.438,08	274.838,86	
(-) Impostos, Cancelamentos e Descontos	(2.425,00)	(10.031,61)	
Receita Líquida	64.013,08	264.807,25	
(-) Custo de Imóveis Vendidos	(2.976,92)	(12.629,77)	
 LUCRO BRUTO I	61.036,16	252.177,48	
Outras Receitas Operacionais	528.498,87	568.341,98	
 LUCRO BRUTO II	589.535,03	620.519,46	
(-) Despesas Operacionais	(474.268,25)	(1.675.157,93)	
 RECEITA OPERACIONAL /PREJUÍZO	115.266,78	(854.638,47)	
Receitas não Operacionais	-	4.475,28	
 LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	115.266,78	(850.163,19)	
ANTES DO IR E CSSL	115.266,78	(850.163,19)	
(-) IR e CSSL	(41.816,88)	(54.915,99)	
 LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	73.449,88	(905.079,19)	
 DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2018	2017	
SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (905.079,19)	392.049,55	(215.202,36)	
(-) Reservas Estatutárias	-	-	
(-) Dividendos e Participações	-	(157.244,71)	
(-) Transferência para Reserva Legal	-	(19.602,48)	
Transferência para Lucros ou Prejuízos Acumulados	905.079,19	-	
Lucro/(-)Prejuízo do Exercício	73.449,88	(905.079,19)	
 SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	73.449,88	(905.079,19)	
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei 6.404/76 e na legislação posterior pertinente a matéria.		
(aa.) Dalmo Soares de Matos - Diretor. Lucas Soares Nogueira - Diretor. Carlos Dias Lopes - Téc. Cont. CRC/MG nº. 14.980.			

30 cm -21 1197019 - 1

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – PASSOS/MG
Extrato de Contrato 001/2019. Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto e José Cirineu Silva e Cia Ltda. Objeto: Barracão pré-fabricado em concreto para ETE. Valor: R\$ 41.600,00. Vigência: 12 (doze) meses. Dotação Orçamentária: 17.512.0226.5.6004-4490.51. Passos-MG, 20 de fevereiro de 2019. Pedro Teixeira – Diretor do SAAE.

2 cm -21 1196991 - 1

SAAE – ITAGUARA/MG
Publicação: Edital de Licitação modalidade Pregão nº 004/2019 – objeto: Aquisição de veículos Pick-up, zero quilômetro - credenciamento para 13/03/2019, às 9h, de acordo com as disposições das Leis 8666/93 e 10520/2002. Edital completo no e-mail: saacompras@conqnet.com.br ou saaealmoxarifado@conqnet.com.br. Dotação Orçamentária 17.512.0047.2082-44.90.52-27. Andréia Souza de Oliveira - Pregoeira.

2 cm -20 1196666 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MACROREGIÃO DO SUL DE MINAS

- Resultado de Julgamento - Modalidade: Pregão Presencial nº 029/2018 - Processo nº 073/2018 - CISSUL, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, torna público o resultado do Pregão em epígrafe, pelo que segue: Finalidade: Registro de Preços para aquisição de uniformes do SAMU padrão de atendimento médico de urgência e equipe do NEP para aplicação de treinamento para atender às necessidades do CISSUL. Adjudicadas: SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA - CNPJ: 05.378.149/0001-22 - R\$ 544.630,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta reais); CAM-PINAS MILITARY DEFENSE LTA EPP - CNPJ: 10.955.614/0001-80 - R\$ 33.560,00 (trinta e três mil e quinhentos e sessenta reais); GILBERTO JULIO MARANGON ME - CNPJ: 08.750.916/0001-70 - R\$ 15.043,00 (quinze mil e quarenta e três reais). Esta publicação equivale à publicação da Ata de Registro de Preços. Sarah Castro de Oliveira Moraes - Pregoeira CISSUL - Varginha, 21 de fevereiro de 2019.

4 cm -20 1196636 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA – MG

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 05/2019 – PROCESSO nº08/2019.O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa – CISMIV, torna público que encontra-se aberto o procedimento de licitação, no sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei 8666/93, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por GLOBAL visando Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços voltados a informatização das do laboratório de análises clínicas. A sessão pública para abertura dos envelopes e processamento deste prego será realizada no dia 08/03/2019 na sede do CISMIV. O Edital completo poderá ser obtido no CISMIV, no endereço sito à Rua José dos Santos, 120, Centro, Viçosa, Minas Gerais, através do e-mail licitacao.cismiv@gmail.com. Maiores informações também podem ser solicitadas, no horário comercial, junto ao setor de licitações, através do telefone (31) 3892-8569. Viçosa, 21 de fevereiro de 2019.

4 cm -21 1197171 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA/MG-CISMIV

Aviso de julgamento, adjudicação e homologação de licitação. Pregão Presencial nº01/2019, Processo nº02/2019 tendo por objeto o registro de preços para aquisição de material de higiene, limpeza e consumo para o CISMIV. O presidente do CISMIV, Angelo Chequer, torna público atos de julgamento, adjudicação e homologação no Pregão Presencial nº01/2019, que teve como vencedoras as empresas: Coelho e Silva Comércio e Serviços LTDA CNPJ: 10.282.328/0001-00 (itens 3, 5, 31), finalizados em R\$1.997,97 (um mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos); Comercial B & F LTDA – ME CNPJ: 07.051.239/0001-30 com o valor global (itens 6 e 21) finalizados em R\$1.030,00 (um mil e trinta reais); Ultra Boni Comércio Eireli – ME 13.249.746/0001-85 com o valor global (itens 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 28 e 29) finalizados em R\$16.234,59 (dezesseis mil duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos); e Comercial Moreira e Martins LTDA - ME CNPJ: 16.617.470/0001-39 com o valor global (itens 4, 7, 17, 18, 19, 25, 27 e 30) finalizados em R\$1.752,24 (um mil setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Maiores informações podem ser obtidas pelo e-mail licitacao.cismiv@gmail.com, site: http://cismiv.mg.gov.br, pelo telefone: 313892-8569, ou na Rua José dos Santos, 120, Centro, Viçosa - MG, 21/02/2019.

5 cm -21 1196802 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NORDESTE E JEQUITINHONHA – CISNORJE.

O presidente do CISNORJE, POR PROBLEMAS DE ORDEM MAIOR, se viu na obrigação de remarcar a Assembleia Geral que acontecerá no dia 21/02/19, passando para o dia 14/03/2019, às 14h, no auditório do SAMU onde serão tratadas as seguintes pautas: prestação de contas do 4º quadrimestre 2018 e apresentação da situação financeira CISNORJE; processo de desfazimento de ambulâncias (doações e/ou leilão); resolução sobre atendimento SAMU a municípios inadimplentes; negociação dos débitos de municípios inadimplentes; implementação de Código de Postura e Sanções aos servidores do CISNORJE/SAMU. Certo da compreensão de todos pelo imprevisito, Henrique Luiz da Mota Scofield Presidente do CISNORJE

3 cm -21 1197119 - 1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ENTRE OS VALES MUCURI E JEQUITINHONHA –

Cancelamento Pregão Presencial 004/2019 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde Entre os Vales Mucuri e Jequitinhonha através de sua Pregoeira torna público o cancelamento do Pregão Presencial 004/2019, para adequações do edital. Fica determinado o cancelamento do Pregão, sendo sugerida nova publicação do instrumento convocatório. Teófilo Ottoni/MG, 20 de fevereiro de 2019. Fernanda Nunes de Oliveira - Pregoeira.

2 cm -20 1196634 - 1

CONSELHO REGIONAL DE AUTO-REGULAMENTAÇÃO DA ACUPUNTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS- CRAEMG

- Através de seu presidente em exercício, Alexander da Silveira Assunção e cumprindo o disposto no estatuto, convoca todos os seus associados, em dia com suas obrigações estatutárias, para a Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá no dia 27 de fevereiro de 2019 com início às 20:00 horas com maioria simples dos associados ou às 20:30 horas com qualquer número de associados e término às 21:30 horas do mesmo dia, na sua sede à Rua Gonçalves Dias 1181/sala 304, bairro Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais. A pauta será: a) apresentação de contas do ano de 2018 e previsão orçamentária para o ano de 2019; b) ratificação do valor da contribuição dos associados e a forma de pagamento para o ano de 2019; c) aprovação de relatório e plano de trabalho do Conselho para o ano de 2019.

3 cm -21 1197004 - 1

DMAES – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG

– EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO – Processo 005/2019 – Licitação Compartilhada - Registro de Preços 001/2019 – Objeto: Aquisição de Produtos Químicos para tratamento de Água-MG. Adjudico e Homologo o Processo acima, conforme sugestão da Comissão Permanente de Licitação efetuada em 20/02/2019, bem como o Parecer favorável do Assessor Jurídico emitido em 20/02/2019. Contratadas: BAUMINAS QUÍMICA S/A. Valor R\$-189.900,00- DOMINUS QUÍMICA LTDA. Valor R\$-33.000,00- MIKA NACIONAL LTDA. Valor 94.000,00- HIDROQUÍMICA IND. E COM. LTDA-ME. Valor R\$-56.250,00. – Valor Total - R\$373.150,00- Ponte Nova (MG), 20 de fevereiro de 2018. Anderson Roberto Nacif Sodré/Diretor Geral.

3 cm -21 1197150 - 1

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAXÁ - FCAA –

Pregão Presencial 05.006/2019. Aviso de licitação. A Fundação da Criança e do Adolescente de Araxá torna público remarcação de processo licitatório para aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para atender as necessidades da sede da fundação e dos subprogramas casa de acolhimento e cerad, mantidos pela fcaa, em virtude de problemas técnicos na disponibilização do edital. Abertura 14/03/2019 às 09:00 horas. Edital disponível 27/02/2019 no setor de licitações da Fundação da Criança e do Adolescente de Araxá. Informações (34) 3691-7192, 3661-2264. Edson Justino Barbosa, Presidente, 22/02/2019.

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAXÁ - FCAA – Pregão Presencial 05.007/2019. Aviso de licitação. A Fundação da Criança e do Adolescente de